

Era uma vez...

Uma Prefeitura que prometia, prometia, mas não cumpria...



Os professores de educação infantil conquistaram novo Plano de Carreira. No entanto, pautas históricas seguem sendo negadas. **Conheça!**

Prefeitura devolve ao trabalho professores afastados

Falta estrutura para o atendimento de crianças especiais nos cmeis

Prefeitura deve estimular planejamento de atividades

Curitiba incha berçários

QUEM LUTA, EDUCA!

A Educação poderia estar melhor se as promessas fossem cumpridas

Em 2016, alguns dos acordos firmados pela Prefeitura de Curitiba com trabalhadores da Educação Infantil vão completar três anos sem ter avanços. Confira um breve resumo das promessas não cumpridas de Gustavo Fruet:

PROMESSA	O QUE JÁ CAMINHOU	O QUE AINDA FALTA
CONCURSO PÚBLICO COM 1.000 VAGAS	Realizado em 2014 com 243 vagas, mas nem todos foram convocados para trabalhar.	Convocar todos os aprovados e realizar novo concurso com mínimo de mil vagas.
33% DA JORNADA EM HORA-ATIVIDADE	Descumprimento dos 20% da jornada para hora-atividade (Lei Municipal 12.348/07).	Cumprir o mínimo de 20% e, gradativamente, os 33%, conforme Lei do Piso Nacional
PLANO DE CARREIRA	Após a adesão, foi concluída a primeira de três etapas.	Concluir implementação em dezembro de 2016.
ELEIÇÃO PARA DIREÇÃO	Estudos de comissão, criada em 2014, apontam para adoção de consulta pública.	Conclusão dos estudos, aprovação de lei com a definição das candidaturas e realização da consulta.
REDUÇÃO DA JORNADA	Ocorreram debates entre trabalhadores e gestão para avaliar a possibilidade de redução.	Gestão não se compromete com a redução de horas, impedindo a igualdade com o magistério.

Audiência Pública

13h30 | Câmara Municipal

**23
out**

SOB PRESSÃO E SEM CONDIÇÕES

Phil Batiuk

Prefeitura devolve ao trabalho professores afastados

Muitas vezes o profissional não tem condições de permanecer no cuidado com as crianças

por **Pedro Carrano**

Hoje, há aproximadamente 150 servidores, de diferentes segmentos, passando pela chamada reabilitação, com o laudo restritivo físico e emocional. Entre eles, o maior número de trabalhadores vem da Educação Infantil e magistério.

Infelizmente, no caso da Educação Infantil, esses servidores têm preenchido a não contratação de profissionais nos cmeis. Por outro lado, a gestão justifica a contratação de novos quadros para os centros infantis a partir dessas vagas preenchidas de forma precária.

O profissional que tem um laudo médico restritivo temporário retorna ao local de trabalho com restrições. Porém, muitas vezes sem as condições adequadas para realizar a sua função. “Afastados por inaptos, a Prefeitura faz voltar como apto com restrição. Uma professora de educação infantil com laudo de problema na coluna, por exemplo, como pode trabalhar com criança? Ela teria que ir para uma função de apoio pedagógico”, questiona Irene Rodrigues, coordenadora do Sismuc.

A constatação é de que a sobrecarga e a rotina intensa do professor de educação infantil causam impactos à saúde, tais como: problemas cardíacos, sintomas de ansiedade, problemas musculares. “(O servidor) começa a ficar



Mesmo doentes, os profissionais prestam atendimento às crianças

nervoso, ansioso, sentir palpitações ou também desgaste osteomuscular. Em alguns casos, tem crises de choro, mudanças no comportamento, o que pode sinalizar não estar bem”, revela profissional de assistência social da Prefeitura.

Processo de reabilitação

O profissional em processo de reabilitação passa, na seguinte ordem, por avaliação da medicina do trabalho, psicologia, serviço social e analista organizacional.

Com o novo Plano de Carreiras da Educação Infantil, os professores de cmei continuam mantidos em sua área de atuação. Entretanto, o que não é aceitável é a manutenção do trabalhador em

uma função quando não há condições pra isso. Com esse método para a alocação de profissionais, fica em risco a saúde do trabalhador e o atendimento à criança.

“Se o profissional não pode mais, por um laudo definitivo, atuar diretamente ou mesmo ter responsabilidades com crianças, é melhor que não o faça, mas poderá continuar no mesmo espaço e ser readequado conforme suas restrições que podem ser físicas ou emocionais”, completa a mesma assistente social da Prefeitura.

O contrário também é verdadeiro: há professores da educação infantil insatisfeitos com a alocação em outras funções que não correspondem ao segmento, denuncia a direção do Sismuc.

“Uma professora de educação infantil com laudo de problema na coluna, por exemplo, como pode trabalhar com criança? Ela teria que ir para uma função de apoio pedagógico”

Irene Rodrigues, coordenadora do Sismuc

Que tipo de laudo é este?

O outro ponto de crítica do Sismuc se refere ao laudo fornecido pela perícia médica, que tem sido objeto de críticas de várias categorias do funcionalismo público. “O médico deu 30 dias, porém o perito dá 15 dias, e esta pessoa então volta ao local de trabalho. Aí também o sindicato questiona: quem conhece o paciente é quem está acompanhando e conhece todo o histórico, que é o médico assistente. O médico sabe a sua história, mas o perito só conhece o seu atestado e olha 15 minutos, o que é limitado”, exemplifica Irene Rodrigues.

CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO

Manoel Ramires



Mais cuidados especiais

Falta estrutura para o atendimento de crianças especiais nos cmeis

por **Pedro Carrano**

Falta de funcionários e de condições para atendimento específico para a criança especial, que requer cuidados diferenciados. Essa é a queixa de dez em cada dez professores de Educação Infantil.

O maior problema enfrentado é o fato de muitas crianças não contarem com laudo sobre a situação da criança especial, mesmo que os profissionais já tenham repassado os sinais de alerta para a assessoria pedagógica da Prefeitura. Com o laudo, a gestão é obrigada a fornecer atendimento especial e contratar um professor de apoio. Ou seja, é a necessidade de mais um profissional em sala, favorecendo a inclusão.

“Não conseguimos atender as crianças da forma adequada, da inclusão da criança com a turma, assim como o restante da turma. Recuso-me a trabalhar sem uma professora de in-

clusão”, afirma a professora de Educação Infantil, Thais.

“Acabamos ficando sozinhas”

A professora de Educação Infantil e integrante do grupo técnico do segmento, Alessandra Oliveira, também se refere à sobrecarga e à falta de condições em sala para trabalhar com crianças especiais. Por esse motivo, os professores da educação infantil reivindicam concurso público para que haja mais professores em sala de aula, para atendimento geral e também específico.

“Na minha turma, entrará mais uma inclusão na sala e não temos profissionais. Temos três de manhã e dois a tarde. Por lei, a criança tem direito a um profissional de apoio. Estamos nos matando para que a inclusão não acabe virando segregação. Não há como trabalhar atividades específicas porque acabamos ficando sozinhas”, afirma Alessandra.

Sinal de alerta

Os educadores são críticos à demora no encaminhamento por parte da Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais (Cane) referentes ao laudo. “A criança necessita de cuidados especiais e a Prefeitura não fornece o necessário”, diz Alessandra Oliveira, apontando a vagarosidade para o encaminhamento, quando o laudo é definido como positivo.

“A criança tem um sinal diferente. Mas o laudo pode levar até um ano para sair. Se não sabemos qual é a síndrome, e não tendo laudo, não temos como fornecer o melhor desenvolvimento para aquela criança”, protesta.



Falta de formação específica

Há ainda o desafio da falta de oferta de formação específica para o professor de Educação Infantil. “Não é a Prefeitura que nos dá formação. No meu primeiro contato, eu fui buscar por conta própria e não tenho nenhuma formação em educação especial”, diz Alessandra Oliveira.

Com isso, como se vê, educadores buscam se formar por conta própria. “Muitos de nós já fizeram especialização em educação especial e nos cursos básicos. Quando a Prefeitura proporciona é muito pouco. Trocas de experiências não nos vale, temos que ter uma formação continuada”, define Alessandra.

Este ponto está na pauta e é compromisso da gestão Fruet. “A Prefeitura comprometeu-se em fazer esta formação, ainda neste ano, mas se não temos hora-atividade garantida, como se vai liberar trabalhadores para fazer o curso?”, critica Jonathan Faria Ramos, da coordenação do Sismuc.

Estamos nos matando para que a inclusão não acabe virando segregação”

afirma **Alessandra Oliveira**, professora

MAIS TEMPO

Para atender melhor as crianças, Prefeitura deve estimular planejamento de atividades

A Hora atividade é prevista em lei federal e municipal, mas gestão não cumpre nem tempo mínimo, impedindo planejamento, estudo, aperfeiçoamento e atendimento às famílias

por **Phil Batiuk**

Para quem acompanha as reivindicações de quem faz a Educação Infantil em Curitiba, fica claro que somente a contratação de, no mínimo, mil profissionais poderá resolver os problemas que assombram este segmento do serviço público municipal.

Mas o próprio prefeito Gustavo Fruet já avisou, logo na primeira reunião que teve com a nova gestão do Sismuc (em setembro de 2015), que isso não irá acontecer. O que não é bom sinal para as mais de 40 mil crianças. Elas são atendidas diariamente por equipes cada vez mais sobrecarregadas, que não têm sequer condições



Durante Conferência Municipal de Educação, Sismuc cobra a gestão

de realizar atividades de planejamento, estudo, aperfeiçoamento e atendimento à família.

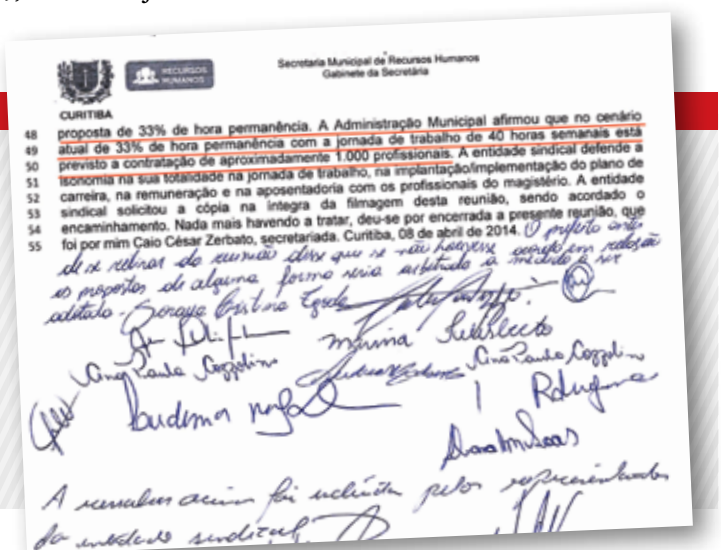
O tempo que deveria ser dedicado a essas atividades é conhecido como hora atividade. Segundo a Lei do Piso Nacional (11.738/08), 33% da jornada de

trabalho de profissionais do cargo de Professor de Educação Infantil devem ser dedicadas a essas atividades. Mas a Prefeitura não possui quadro suficiente para dar conta nem dos 20% estabelecidos pela Lei Municipal 12.348/07.

Prometeu e... Adivinhe

Em mesa de negociação com o prefeito Gustavo Fruet, realizada para encerrar a Greve dos Educadores em 27 de novembro 2013, ficou acordada a implementação gradativa da hora atividade. Promessa não cumprida.

No ano seguinte, dia oito de abril, pouco tempo depois de encerrado outro movimento grevista, a gestão mais uma vez se compromete com a implantação gradativa dos 33%, além da contratação de mil profissionais, o que também consta em ata (veja ao lado). Outra promessa não cumprida.



Se eu quero que as crianças aprendam sobre cores, preciso apresentá-las de diversas maneiras que envolvam cores, até que ela chegue a esse entendimento. Se eu quero ensinar um traço reto, preciso trabalhar a coordenação motora do braço. Para fazer tudo isso, preciso da hora atividade

Soraia Zgoda, professora de educação infantil e coordenadora do Sismuc

INCHADO

Um ano, uma vida

Para suprir demanda por vagas, Curitiba incha berçários

Por **Manoel Ramires**

Um ano, uma vida. Neste prazo, crianças apresentam mudanças drásticas em seu desenvolvimento motor, alimentação, estímulos e até cuidados. Mas, pressionada pelo Ministério Público a abrir vagas nos cmei's, a Secretaria de Educação de Curitiba decidiu ampliar a quantidade de berçários únicos. Com isso, mistura o Berçário I (com crianças de três meses a dez meses) com o Berçário II (com crianças de dez meses a 1,8 meses). Isso pode ser perigoso.

Em um levantamento atualizado conseguido com a Secretaria de Educação constatou-se que 26% dos centros municipais de educação infantil fazem usam do berçário único. São 52 cmeis que misturam crianças de três meses até 20 meses. O Cmei Aliança, por exemplo, possui sete 'BU'.

A prática adotada pela gestão Gustavo Fruet é uma "resposta" a pressão do Ministério Público do Paraná para que se abram mais vagas em cmei's. A exigência é de 10 mil novas vagas. Por isso, para atender a matrícula obrigatória de crianças de quatro anos a cinco anos, a Prefeitura incha o berçário. "Na nossa avaliação, a gestão fechou salas de berçários para abrir vagas no maternal III (de 3 a 4 anos) e pré. Essa forma traz mais riscos do que segurança para as crianças e os professores. As vagas devem ser abertas por meio de novos equipamentos e de concurso público para atender a demanda", avalia a coordenadora do Sismuc, Mildemberg.

Os professores de Curitiba estão denunciando que alguns berçários estão sendo fechados e sendo ofertadas as vagas em outras unidades, acumulando a fila de espera. "A Prefeitura está encerrando as vagas de berçários neste ano e para 2016, uma vez que não é obrigatória a oferta de 100% de vagas e utiliza esse espaço para abrir vagas de quatro a cinco anos", explica o professor Jonathan Faria Ramos. É o caso do Cmei Salgueiro, no Bairro Novo.

Para a pediatra Andrea de Bittencourt Correia, o desenvolvimento das crianças fica comprometido. (confira entrevista ao lado!)

"Só traz prejuízos"

A iniciativa da Prefeitura de Curitiba de unir crianças de no mínimo três meses com outras de até 20 meses não é recomendável. Nesta entrevista com a doutora **Andrea de Bittencourt Correia Lima**, formada em medicina pela UFPR e em pediatria na USP, ela diz que a qualidade do atendimento fica prejudicada.

CV: Nas creches e cmeis, as crianças são separadas por idade e até por meses. Que tempo é esse e por que ele é importante?

Doutora Andrea: O ideal é de seis em seis meses, pelo menos. Porque existe uma diferença muito grande na maturidade de uma criança de seis meses para uma de um ano. Acaba atrapalhando o desenvolvimento de todas as crianças. Você não as estimula de forma igual. O professor acaba só cuidando para que a criança não se machuque. Considero muito importante separar as crianças que se locomovem com as que não.

CV: Quais são as necessidades básicas de um bebê de seis meses, um ano e 18 meses: motora, alimentação, estímulos, cuidados?

Doutora Andrea: As necessidades são bem diferentes. Em um bebê de seis meses você tem que ensinar a sentar, a postura. Já uma criança de um ano ou mais você desenvolve mais a parte motora fina com brincadeiras, coordenação. Então para o desenvolvimento vai ser prejudicial.

Especificamente, um bebê de seis meses não senta sozinho, não tem coordenação a ponto de manipular brinquedos, não consegue "se defender" de crianças maiores que possam se aproximar de forma mais incisiva, em termos de alimentação, ela não come ou inicia esse processo, então sua dieta é reduzida em relação à criança de até um ano e meio, que já tem o cardápio mais variado. A consistência do alimento também é diferente e não acredito que a Prefeitura vá suprir essa demanda alimentar. Depois a necessidade de sono é bem diferente. Os maiores têm sonecas durante o dia mais curtas e às vezes uma só é suficiente. Isso pode atrapalhar a soneca do bebê menor, que tem sonecas maiores. Além do que ainda pode causar irritabilidade. Para mim, é inviável essa mistura.

CV: Crianças em idades diferentes convivem em suas casas "harmonicamente". Por que não é recomendado unir um bebê de seis meses com uma criança de um ano e meio?

Doutora Andrea: Mas aí é uma mãe para duas crianças. Na creche é uma professora para meia dúzia ou mais. Então, não tem como você cuidar adequadamente. Logo, há excesso de crianças para a quantidade de cuidadores.

CV: Essa relação traz mais benefícios ou prejuízos?

Doutora Andrea: Somente prejuízos. Não vejo benefício para nenhuma criança. Muito menos para as professoras, porque elas não vão conseguir desenvolver essa criança. Falta um ambiente saudável de trabalho.



Manoel Ramires